

**HISTÓRIA DA LITERATURA:
CONCEITOS E PRECONCEITOS**

Eduardo da Silva de Freitas (UERJ)
eduardosfreitas@gmail.com

Este trabalho consiste nas indagações iniciais de uma nova etapa de uma pesquisa desenvolvida no Mestrado em Literatura Brasileira. Durante o mestrado, enquanto procurava definir a “forma discursiva” de algumas histórias da literatura brasileira, cheguei à conclusão de que por seguirem o mesmo modelo discursivo fundado no século XIX e por se pautarem em um conjunto de valores mais ou menos homogêneo, elas se organizavam de maneira bem parecida.

Os livros de história literária a que me referia eram a *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero, o livro homônimo, de José Veríssimo, a *Formação da Literatura Brasileira*, de Antonio Candido, e a *História Concisa da Literatura Brasileira*, de Alfredo Bosi. Limitação imposta que levou em consideração a importância que tais livros assumiram ao longo do tempo, tanto no que diz respeito à formação do corpo de especialistas em literatura brasileira, como no que concerne à influência exercida sobre não especialistas.

Todavia, a despeito de suas semelhanças no tratamento do assunto – tais como a crença em uma “(id)entidade nacional”, que estabelece um padrão de unificação das obras literárias, o modo de dispor o tempo de forma evolutivo-linear, a forma de explicação das obras baseadas na articulação entre o texto e a vida do autor, a tendência à síntese –, que permitem entendê-las como discursos padronizados, já que relacionados a uma prática específica, crê-se ser possível perceber as diferenças evidentes entre elas como produto de relações específicas com as ideias que circulam nos momentos de suas construções.

As obras de Sílvio Romero e José Veríssimo, por exemplo, embora sejam formuladas de maneira parecida e praticamente no mesmo período histórico, apresentam certas peculiaridades que saltam aos olhos, mesmo em uma leitura rasa. Sílvio Romero considera seu trabalho uma empreitada científica, ao passo que José Veríssimo vê o seu a partir de uma perspectiva mais humanista. Igualmente, há

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

diferenças indisfarçáveis entre a *Formação da Literatura Brasileira*, de Antônio Candido, e a *História Concisa da Literatura Brasileira*, de Alfredo Bosi. Além disso, é claro, há as inúmeras diferenças entre cada uma das obras.

Com focar o estudo nas diferenças entre as obras, pretende-se obter respostas a duas questões que podem se considerar centrais na formulação desses discursos. Primeiramente, considerando-se que as histórias da literatura são correlatas ao surgimento do Estado-nação, caberia identificar como esta instituição é ali representada. Nesse sentido, cumpre salientar que as histórias, conquanto tenham em comum a promoção do Estado nacional, apresentam ideias diferentes a respeito dos modos de percebê-lo e configurá-lo nos discursos, conforme se evidencia na elaboração dos próprios textos. Basta lembrar que a vontade renitente de vincular claramente as obras literárias às circunstâncias sócio-econômicas encontradas em Sílvio Romero dá lugar a um modo sutil e discreto de vincular tais elementos em Bosi. Seria importante verificar a quais ideias sobre a nação as histórias correspondem, matizando assim a pressuposição de que, ao tratar dela, as histórias veiculam um mesmo conceito.

Em segundo lugar, caberia verificar como a história da literatura se inscreve no conjunto de práticas sociais que a legitimam. Vale ressaltar que ela é produzida dentro de instituições submetidas ao Estado-nação, uma vez que o funcionamento daquelas é autorizado por este. Consequentemente, é de se crer que as histórias da literatura são pressionadas por um conjunto de valores cujo registro pode ser encontrado não somente em outras produções textuais também ligadas a tais instituições, ainda que de modo não unânime, bem como nos documentos que regulam sua atividade.

Tomadas as histórias da literatura brasileira como enunciados ou discurso (BAKTHIN, 1987, 1982; FOUCAULT, 1996), não como meros textos, sua inteligibilidade passa necessariamente pela compreensão das circunstâncias de sua elaboração e do(s) objetivo(s) que embasam sua construção. De certo, os significados que nelas podem ser projetados não se esgotam na superfície dos signos utilizados para sua composição, deslocados da situação histórica de sua produção; ao contrário, os possíveis sentidos que se podem encontrar nelas devem levar em conta, justamente, a pregnância do tempo e do local de

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

sua elaboração. Consequentemente, uma proposta de leitura de tais obras passa obrigatoriamente pelo rastreamento das ideias e práticas que orientam sua produção.

Nesse sentido, não se pode perder de vista que se justificam como tentativa de estabelecer o elo entre a história, a literatura e o Estado-nação (COSTA LIMA, 1989b). Surgidas no século XIX, as histórias da literatura são obras em que se procura “apaziguar” as produções literárias, por meio da narrativa da transformação evolutiva das formas artísticas, segundo a perspectiva homogeneizante de que todas elas – em maior ou menor grau, com maior ou menor consciência – são “entificações” da nação. Desse modo, as obras literárias são ali unificadas sob a perspectiva de uma leitura que parte da crença de serem elas epifenômenos de uma realidade que em verdade as transcende.

Tal definição implica que a compreensão dessas obras parte da investigação de sua relação com o(s) conceito(s) de literatura, sua maneira de entender o discurso histórico, além da forma de caracterização de Estado-nação. Em primeiro lugar, isso significa que a pesquisa das histórias da literatura não prescinde das caracterizações de literatura vigentes no século XIX e XX, as quais estão postas ou pressupostas naquelas obras, bem como o modo pelo qual elas dão forma ao discurso. Como as histórias estão profundamente comprometidas com o pensamento de literatura do século XIX, o ponto de partida será a investigação de textos produzidos pelos escritores daquele século, que refletem sobre o assunto. Não será deixada de lado, entretanto, a reflexão surgida no século XX, que certamente influenciou nas obras de Candido e Bosi.

Em segundo lugar, é preciso identificar o modo de configuração historiográfica adotada pelas histórias da literatura. De imediato, pode-se dizer que todas se sustentam em uma visão de história objetiva, comprometida com o conhecimento científico. Porém, essa caracterização, encontrada em qualquer estudo sobre historiografia literária, não parece ser suficiente para dar conta das obras que compõem o *corpus* da pesquisa, pois, conquanto esteja parcialmente certa, não indica em que consiste o cientificismo sobre o qual se erigem, dando a entender, por este termo, que aquelas obras comungam de uma mesma ideia de objetividade histórica. Isso não está de acordo

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

com o que se pode ver numa leitura mesmo superficial das referidas obras. A objetividade buscada por Sílvio Romero, por exemplo, é justificada por caminhos diversos daqueles seguidos por José Veríssimo, seu contemporâneo.

Uma caracterização mais aprofundada do que se entende em cada caso como objetividade e ciência ajudará a compreender o modo de atuação e os limites dessas histórias, além de fornecer subsídios para uma crítica mais produtiva delas. Não basta acusar o método historiográfico adotado por elas de insuficiente, como já o fizeram muitos estudiosos do assunto para entender seu estatuto (JAUSS, 1994; CAMPOS, 1989). Sob o rótulo de inovadoras, as questões teóricas que se levantaram durante o século XX e que procuravam dar cabo desse modelo historiográfico que embasou a elaboração da história do século XIX, em geral, ou mantiveram a ingenuidade científica, na medida em que questionaram a cientificidade do fato, sem se indagar pela possibilidade de o próprio discurso da história não ser científico, ao menos no sentido das ciências matemáticas, ou promoveram uma equiparação de todo modo infrutífera entre o discurso da história e a ficção (COSTA LIMA, 1989a, 2006). No primeiro caso, ampliou-se o espectro de atuação da história, deslocando a questão do tipo de conhecimento proporcionado pela história para o método e o objeto de estudo. No segundo caso, suprimiu-se a funcionalidade dos textos, postulando a homologia entre história e ficção, baseando-se apenas nas marcas verbais desses tipos de discursos²⁹. De todo modo, dizer que a história do século XIX era científica, ao passo que a do século XX não o seria, está longe de esgotar a questão, pois, decididamente, a maioria dos historiadores do século XX não abre mão do cientificismo.

No entanto, a demanda pela cientificidade das histórias da literatura não significa que a pesquisa ora apresentada também a compartilhe. Apenas se crê que, pelo rastreamento das posições que nelas se encenam, evita-se o anacronismo de achar que as histórias da literatura são uma espécie de “monstro acadêmico”, como se infere das críticas a elas desferidas. Além disso, a busca pelas referências teóricas daquelas obras evita a interpretação, também corriqueira, de se-

²⁹ Esta é uma das consequências das ideias White (1992) e Veyne (1971) sobre a história.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

rem elas insuficientes quanto ao tipo de explicação que oferecem de seu objeto. Não raro, as histórias da literatura são acusadas de serem superficiais, meros arrolamentos de biografias e resumos de obras³⁰; de serem criadoras de painéis simplificadores da complexidade dos eventos literários, quando não são subestimadas por colocarem a questão da literatura a serviço do Estado-nação. Ao que parece, a maior parte da crítica, por tratá-las desse modo, imiscui seus próprios valores a tais obras, esquecendo-se de que houve certos contextos em que elas faziam sentido (e talvez ainda os haja).

Conquanto se possa crer legítimo tal modo de tratamento das histórias da literatura, há que se lembrar que, assim, muito mais se defendem as posições atuais a respeito dos estudos relativos à literatura do que se procura entender aquelas obras em sua integridade. Ao contrário, a perspectiva adotada para a pesquisa pressupõe a integridade daquelas formas discursivas, na medida em que acredita não estarem “incorretas” ou “inadequadas” ao momento de seus aparecimentos (CERTEAU, 2006). Obviamente, não há que se supor que, neste momento, todas as correntes ideológicas convergissem para aceitação do modelo e que não houvesse vozes destoantes dele. No entanto, para esta pesquisa, deve-se buscar uma explicação para os porquês do recrudescimento de umas e do arrefecimento de outras posições.

Outro ponto que parece ser tratado de modo displicente pela crítica das histórias da literatura é a questão da nacionalidade. Afirmar que as histórias literárias organizam seus discursos de modo a conciliar a literatura ao Estado-nação e caracterizá-las como tentativas de politizar os estudos literários é, no mínimo, má vontade de tratar de suas formas de organização. É verdade que assim se passa, mas caberia perguntar: o que, nelas, se entende por nacionalismo e qual a implicação disso na sua configuração? De fato, alinhando-se aos estudiosos do nacionalismo como fenômeno social e político, os que deblateram contra as histórias literárias, conforme o modelo surgido no século XIX, não mencionam que esta é uma ideia que, dentro de uma sociedade, tem uma história. Nacionalismo não é uma noção uniforme e atemporal. Ela se atualiza de várias maneiras se-

³⁰ Esta foi a crítica lançada por diversas correntes de teoria literária durante o século XX, em especial o formalismo russo e o new criticism. (EAGLETON, 2006; EIKHENBAUM, 1970)

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

gundo os valores que orientam a sociedade. Não há estudo sobre as histórias da literatura para o qual este fato seja relevante, embora ele possa indicar as diferenças de interpretações entre elas.

Uma proposta de entendimento das histórias da literatura não pode, pois, prescindir nem da compreensão de como elas formulam seu conceito de nacionalismo nem do rastreamento das referências que o justificam. Por isso, a pesquisa também se volta para o estudo das formas de nacionalismo no Brasil e, considerando que as obras integrantes do *corpus* desse trabalho têm origem nos meios eruditos e acadêmicos da sociedade brasileira dos séculos XIX e XX, se voltará para as posições surgidas em tais meios e que, porventura, tenham influenciado as histórias literárias. No entanto, como o campo de estudos, à primeira vista, parece ser enorme, o material de base serão alguns estudos que se detiveram sobre a nacionalidade brasileira.

Ao que ficou dito até agora, cabe acrescentar que a presente pesquisa pretende, mais do que discutir as ideias que possibilitaram as histórias da literatura brasileira, relacioná-las a práticas às quais efetivamente se ligam. Ora, como elas são discursos voltados para a formação de especialistas em literatura brasileira, cuja necessidade passou a ser realidade a partir da criação de instituições de ensino; como estas instituições de ensino, por sua vez, são regidas por diretrizes que lhe regulam o funcionamento, é de se crer que os documentos dessas instituições possam trazer luzes sobre o modo como eram elas utilizadas. De imediato, diante do grande número de instituições de ensino em que elas foram utilizadas, já que as histórias da literatura brasileira foram elaboradas por professores do Colégio Pedro II e da USP, um estudo dos planos de curso e das diretrizes desses estabelecimentos parece ser uma boa forma de resgatar os vestígios da utilização daquelas obras.

Sendo verdade que a vinculação das histórias com diretrizes curriculares, com ementas ou programas de curso não esgota as diversas leituras e usos que delas possivelmente se tenham feito, é verdade também que, no entanto, ela fornece linhas para uma interpretação mais “evidenciável” por dois motivos: por serem aqueles documentos orientações balizadas institucionalmente, eles, ao menos, tendem a mostrar uma utilização pretendida, que é em si já uma tentativa de concretização do uso, embora não se possa confirmar o mo-

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

do como tais orientações se efetivaram; além disso, se não são os únicos resquícios de um modo de leitura coetâneo às histórias da literatura, esses documentos são, sem dúvida, mais fáceis de encontrar do que as inúmeras anotações perdidas ou esquecidas em folhas particulares. Pode-se dizer, portanto, que o trabalho que se inicia pretende focar o uso mais ou menos oficial daqueles discursos, na medida em que os parâmetros interpretativos das práticas em que se insere o *corpus* são buscados em documentos institucionalizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 2. ed. São Paulo: Hucitec / Petrópolis: Vozes, 1987.

CAMPOS, Haroldo de. *O sequestro do Barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Matos*. 2. ed. Salvador: Fundação Casa Jorge Amado, 1989.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

COSTA LIMA, Luiz. *A aguarrás do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989a.

_____. *O controle do imaginário: razão e imaginação no ocidente*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989b.

_____. *História, ficção, literatura*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

EIKHENBAUM, Boris. A teoria do Método Formal. In: *Teoria da literatura: formalistas russos*. Porto Alegre: Globo, 1970.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria da literatura*. São Paulo: Ática, 1994.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica no século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992.

VEYNE, Paul. *Comment on écrit l'histoire*. Paris: Seuil, 1971.